DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

PI-DDLAE.01023-7/2021
Processo: DDLAE.01051-8/2021

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME | **CPF/CNPJ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DOS LOPES | 06.554.455/0001-35

EMPREENDIMENTO

NOME

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES – PI

ATIVIDADES

ATIV.2477

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA (D0040)

Município: | **Coordenadas Geográficas:**

--- | ---

DETALHAMENTO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES – PI.

Assinado eletronicamente por Francisco Feliphe da Luz Araújo (Gabinete SEMAR) em 11/04/2025 às 11:16
[iGOued1TyNvWkgG9YATBW1XWSl9gwZho3Q0ySDbr9YijPRedY40CpZQvwCAebDX5]

Emitido eletronicamente em 11/04/2025 11:16 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.134824-4/2025.5F80.4DCD.7D86]

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Extensão (m)	Largura (m)	Área Total
01	AV LÍVIO DE CARVALHO -TRECHO 01	320,00	15,80	5.056,00
02	AV LÍVIO DE CARVALHO -TRECHO 02	233,00	6,40	1.491,20
03	RUA EURÍPEDES DE AGUIAR	592,00	7,40	4.380,80
04	RUA TIRADENTES	440,00	7,20	3.168,00
05	RUA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA	105,00	6,00	630,00
06	RUA JOAQUIM CAMILO FREITAS	105,00	6,00	630,00
07	RUA RAIMUNDO NONATO GOMES	50,00	6,10	305,00
TOTAL				**15.661,00**

A presente DECLARAÇAÕ DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO ESTADUAL foi emitida considerando o processo administrativo DDLAE.01051-8/2021, no qual as atividades na forma como declaradas foram consideradas de impacto ambiental insignificante/inexistente e atendeu, assim, aos critérios estabelecidos na legislação, conforme declarado a seguir:

Assinado eletronicamente por Francisco Feliphe da Luz Araújo (Gabinete SEMAR) em 11/04/2025 às 11:16
[iGOued1TyNvWkgG9YATBW1XWSl9gwZho3Q0ySDbr9YijPRedY40CpZQvwCAebDX5]

Emitido eletronicamente em 11/04/2025 11:16 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.134824-4/2025.5F80.4DCD.7D86]

Pergunta	Resposta
Localizada em formações dunares, planícies fluviais e de deflação, mangues e demais áreas úmidas?	Não
Localizada no bioma Mata Atlântica e implica corte e supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração, conforme dispõe a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006?	Não
Localizada na Zona Costeira e implica em alterações significativas das suas características naturais, conforme dispõe a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988?	Não
Localizada em zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, adotando-se o limite de 3 km (três quilômetros) a partir do limite da unidade de conservação, cuja zona de amortecimento não esteja ainda estabelecida?	Não
Desenvolvida em área de Preservação Permanente (APP)?	Não
Gera resíduos perigosos?	Não
Estoca, armazena e usa produtos perigosos em grande quantidade?	Não

CONDIÇÕES GERAIS

i. A DDLAE no âmbito da SEMAR não se aplica às atividades de impacto local situadas em municípios licenciadores, devendo, neste caso, prevalecer as regulamentações específicas daquele município;
ii. A DDLAE não desobriga o responsável pela atividade/empreendimento do atendimento às normas de uso e ocupação do solo do município;
iii. Caso haja qualquer alteração na atividade/empreendimento que implique na mudança de sua classe conforme enquadramento contido no Anexo I da Resolução CONSEMA 033/2020, o interessado fica obrigado a requerer a DBIA ou licença ambiental junto à SEMAR;
iv. O desenvolvimento da atividade/empreendimento está restrito ao pedido protocolado e termos aprovados por meio do processo original, não devendo ocupar áreas de restrição e/ou interesse ambiental e áreas de preservação permanente sem expressa autorização deste órgão ambiental;
v. Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do interessado pela atividade/empreendimento, respondendo este legalmente pelas mesmas.
vi. A Dispensa de Licenciamento Ambiental não exime o empreendedor de atender aos regramentos específicos referentes à instalação/operação de atividades inseridas em Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento.
vii. Em caso de localização em imóvel rural é obrigatória a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
viii. Esta Dispensa não exime o empreendedor de possuir e atender/cumprir a Certidão de Dispensa de Outorga ou Portaria de Outorga para uso dos recursos hídricos caso esteja previsto na atividade/empreendimento captação, barramento, lançamento e outros usos, conforme legislações específicas.
ix. Esta Dispensa não autoriza o corte, a exploração ou a supressão de vegetação nativa.
x. Esta Dispensa não exime o empreendedor de zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas agronômicas, de minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental vigente.
xi. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
xii. Em qualquer fase da atividade/empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato

imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.

xiii. O empreendedor não está dispensado de buscar as demais licenças e/ou autorizações legalmente cabíveis, bem como de observar em sua atividade/empreendimento, as normas ambientais vigentes, sujeitando-se o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas no ordenamento jurídico.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

DESCRIÇÃO	PRAZO / PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
C1. Apresentar Despacho Conclusivo - ACA (Corrigir inconsistência no cadastro da atividade ATIV.2477, objeto de solicitação de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual do processo DDLAE.01051-8/2021. É necessário que protocole um pedido de Alteração de Características da Atividade - ACA no prazo de até 30 dias preenchendo corretamente os dados da atividade, sob pena de cancelamento das Autorizações, Declarações e Licenças emitidas e anexe o Despacho Conclusivo nesta condicionante inserida no seu processo. Atenção: Ao protocolar o pedido de ACA, lembre-se de selecionar a atividade de código ATIV.2477 e clicar em Editar para preencher os dados corretamente. Ao ter o Despacho Conclusivo emitido, este deve ser anexado na Condicionante inserida. Em caso de dúvidas, entrar em contato com o Protocolo/SAC desta SEMAR.)	30 dias (14/07/2022)	Não Atendida

OBSERVAÇÕES

Nada consta.

Teresina (PI), 11/04/2025

(assinado eletronicamente)
Francisco Feliphe da Luz Araújo
Secretário do Meio Ambiente
Secretário do Meio Ambiente
Gabinete SEMAR

Assinado eletronicamente por Francisco Feliphe da Luz Araújo (Gabinete SEMAR) em 11/04/2025 às 11:16
[iGOued1TyNvWkgG9YATBW1XWSl9gwZho3Q0ySDbr9YijPRedY40CpZQvwCAebDX5]

Emitido eletronicamente em 11/04/2025 11:16 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semar.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.134824-4/2025.5F80.4DCD.7D86]